CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA FREGUESIA DE RECARDÃES

Centro Social Paroquial
da Freguesia de Recardães

Relatório de Gestão

31 de dezembro de 2019

1 – Introdução

O presente relatório é elaborado nos termos do Decreto Lei 172-A/2014 de 14/11 (Estatuto das IPSS) e contem uma exposição fiel e clara da evolução das atividades, do desempenho e da posição da CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA FREGUESIA DE RECARDÃES, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução das atividades, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 – Enquadramento Económico

2.1 – A Nível Nacional

Ao longo de 2019, os governos depararam-se com novos desafios, com o crescimento da insatisfação social em alguns países, levando a várias manifestações e protestos, assim como vários desastres naturais, como os incêndios na Austrália, cheias na África Oriental e seca extrema na África do Sul. O aumento das barreiras tarifárias entre os Estados Unidos e os seus parceiros comerciais, não só a China, mas também entre a União Europeia, denegriu o sentimento dos consumidores, tendo gerado também várias desacelerações cíclicas em diversas economias. Apesar de no final do ano terem surgido notícias positivas em torno destas negociações, não foram suficientes para mitigar este sentimento, que poderá repercutir-se também no setor produtivo e tecnológico.

Contudo, ninguém esperava que 2020 fosse assombrado pela pandemia do vírus COVID-19. A atual crise pandémica mostra que, assim como nas alterações climáticas, existem desafios globais a serem colocados, nomeadamente a forte interdependência nos fluxos de comércio de bens e serviços, capitais e pessoas, refletidas em grande parte pelo progresso tecnológico, que, não obstante a melhoria significativa do bem-estar em geral, leva a uma rápida propagação destes choques.

Esta situação revela também a necessidade de resolver as falhas dos mercados, nomeadamente à não consideração de todos os custos económicos e sociais envolvidos no processo de produção. É essencial repensar as cadeias de valor globais, com o intuito de reduzir essa dependência, frisando, contudo, que a opção por políticas de limitação das relações económicas internacionais não é certamente a solução mais eficiente para mitigar estes desafios.

Na expectativa que os impactos económicos derivados da pandemia tenham reflexo apenas num reduzido espaço temporal, no médio e longo prazo, os governos deverão trabalhar em conjunto para criar regras e taxas comerciais mais justas, de forma a impulsionar o investimento. Nos próximos anos, os governos deverão focar-se em estratégias que levem a um mundo cada vez mais digital, apostando também em políticas que apoiem as energias renováveis, com vista à diminuição das emissões de CO2, de forma a mitigar os riscos de estagnação do crescimento no médio e longo prazo.

3 – Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2019 os resultados espelham uma evolução negativa de 36% comparativamente com o período anterior. O volume de negócio de 2019 fixou-se no valor de 664.587,65 euros, o que representa um aumento de 17.073,49 euros relativamente a 2018.

Os outros rendimentos apresentaram uma evolução negativa de 13% comparativamente com o período anterior. Em 2018 o valor de Outros rendimentos fixava-se em 99.052,54 euros e 2019 registou um valor de 85.952,95 euros.

A nível da estrutura de rendimentos, verificamos a seguinte evolução:

Rúbricas	***2018***	***2019***	***Variação***
Vendas e serviços prestados	647 514,16	664 587,65	-17 073,49
Subsídios, doações e legados à exploração	1 265 109,92	1 328 677,78	63 567,86
Outros rendimentos	99 052,54	85 952,95	-13 099,59
Total	**2 011 676,62**	**2 079 218,38**	**-33 394,78**

Ao nível das Prestações de Serviços, apresentam-se os valores obtidos por valência, apresentando as principais variações, sendo que a redução sofrida ao nível dos serviços da cantina representa a variação mais significativa. Assim:

Descrição	**Dezembro**		**Variações Absolutas**	**Variações Relativas %**
	2018	**2019**	**2019 - 2018**	**2019 - 2018**
Quotas dos utilizadores	603 807,96	628 332,39	24 524,43	-4,06
Creches	66 709,64	66 463,67	-245,97	0,37
Jardins de Infância	83 023,87	78 321,36	-4 702,51	5,66
Atividades de Tempos Livres	33 608,78	32 003,49	-1 605,29	4,78
Lares Residenciais	53 535,28	52 996,65	-538,63	1,01
E.R.P.I.	271 914,69	292 203,51	20 288,82	-7,46

Centros de Dia	24 303,25	28 438,41	4 135,16	-17,01
Apoio Domiciliário 1	23 153,50	27 249,95	4 096,45	-17,69
Apoio Domiciliário 2	47 558,95	50 655,35	3 096,40	-6,51
O.P.S./EMP. INS./CANTINA	16 942,50	12 775,00	-4 167,50	24,60
EMP. INS./CANTINA	19 746,00	18 814,50	-931,50	4,72
O.P.S./EMP. INS./CANTINA	47,56	0,00	-47,56	100,00
O.P.S./EMP. INS./LAVANDARIA	2 692,33	2 045,62	-646,71	24,02
O.P.S./EMP. INS./SERV. LIMPEZA	4 277,81	2 620,14	-1 657,67	38,75
O.P.S. CENTRO COMUNITARIO	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Prestações de serviços	**647 514,16**	**664.587,65**	**17 073,49**	**-2,64**

A nível da estrutura de gastos, verificamos a seguinte evolução:

Rúbricas	***2018***	***2019***	***Variação***
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	221 118,61	218 144,52	-2 974,09
Fornecimentos e serviços externos	287 109,24	358 128,29	71 019,05
Gastos com o pessoal	1 422 592,85	1 474 571,20	51 978,35
Outros gastos	6 223,68	4 767,92	-1 455,76
Gastos/reversões de depreciações e de amortizações	106 876,74	67 744,55	-39 132,19
Total	**2 043 921,12**	**2 123 356,48**	**79 435,36**

Verificamos que a nível geral a estrutura de gastos aumentou 3,74% em 2019 quando comparado com 2018. Ainda assim, a rubrica de Gastos com o pessoal representa a rubrica mais significativa, contando com cerca de 69% do total de gastos do período económico de 2019, tendo registado um aumento de 51.978,35 euros face a 2018 que se deve sobretudo ao efeito resultante do aumento do salário mínimo nacional.

O resultado operacional passou de 32.244,50 euros negativos em 2018 para 44.138,10 euros negativos em 2019.

O resultado líquido do período passou de 33.051,50 euros negativos em 2018 para 44.941,38 euros negativos em 2018.

4 – Principais riscos e incertezas

A Entidade desenvolve a sua atividade num ambiente que a coloca exposta a diversos riscos, nomeadamente o risco de mercado (que incluem o risco de taxa de juro e de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

Alicerçada numa política de continuidade o CSPR monitoriza os riscos de modo a minimizar os efeitos adversos que possam provocar sobre o seu desempenho financeiro.

a) Risco de taxa de câmbio

A exposição do CSPR ao risco de taxa de câmbio é nula.

b) Risco de taxa de juro

O endividamento do CSPR encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo das operações de financiamento ao inerente risco de volatilidade da taxa de juro.

Através da monitorização que é feita sobre as taxas de juro e as perspetivas de evolução futura é convicção que o risco de taxa de juro está razoavelmente controlado, até porque o empréstimo contratualizado é um mútuo de MLP.

c) Risco de preço

O risco de preço traduz o grau de exposição da entidade às variações de preço formado em mercado de plena concorrência, relativamente aos serviços sociais prestados aos seus utentes/clientes, bem assim de outros ativos e instrumentos financeiros que a entidade possua, com intenção de venda futura.

Através da monitorização que é feita sobre os preços possíveis de praticar e as perspetivas de evolução futura, é convicção que existe um risco de preço associado às prestações dos nossos serviços, integralmente direcionados para a área de serviços sociais, onde existe uma forte barreira na capacidade de transferência do preço praticado ao cliente/utente face aos gastos incorridos com a prestação dos mesmos, e que, considerando ainda os apoios prestados pela Segurança Social e as exigências - com gastos a incorrer de vários tipos e por essa entidade também exigidos para a prestação desses serviços, poderá resultar em alguns casos que o preço ao cliente poderá não suportar os gastos inerentes aos serviços que em algumas valências estão a ser prestados.

d) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de incumprimento das obrigações contratuais assumidas por terceiros.

A exposição ao risco de crédito está na sua maioria associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional, dos seus clientes/utentes.

Este risco é monitorizado de forma regular através de sistemas de plafonds de crédito concedido, controlo dos prazos médios de recebimento de clientes, análise da evolução do crédito concedido.

Esta análise, dado tratar-se de uma IPSS, atende também a critérios económico-sociais em que a entidade tem a responsabilidade de gerir, nomeadamente situações de famílias que se encontrem a dado momento com maiores dificuldades, facto que não é

significado de renúncia imediata à prestação de serviços a atende a um período em que se deve efetuar a melhor analise e solução para a situação em concreto (contactar familiares, negociar pagamentos, entre outras hipóteses).

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez encontra-se relacionado com a capacidade da Entidade para solver as suas obrigações de pagamento dentro dos prazos contratados para o efeito.

A gestão do risco de liquidez passa pela manutenção de um adequado nível de disponibilidades assim como pela negociação de limites de crédito que permitam assegurar os meios financeiros necessários para solver os compromissos no momento em que estes se tornam exigíveis que tem sido assegurado.

5 – Perspetivas futuras

Não se prevê a celebração nem a revogação de nenhum dos acordos de cooperação firmados com ISS, IP., no entanto tendo em consideração a negociação do acordo de cooperação para 2019/2020 entre a CNIS e o ISS, é expectável que as comparticipações a receber tenham um aumento na ordem dos 3,5% face aos valores recebidos em 2018. As receitas provenientes das mensalidades dos utentes irão sofrer um ligeiro incremento. Quanto aos gastos com pessoal, perspetiva-se a sua manutenção. A precariedade e os fluxos de entrada e saída de recursos humanos, aponta para uma diminuição. Os investimentos a realizar não serão significativos. Face ao acima exposto prevê-se uma evolução positiva na continuidade no sentido de garantir a sustentabilidade da instituição.

6 – Outras informações

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2018.

A entidade não tem dívidas em mora à Administração Fiscal, Segurança Social ou quaisquer outras entidades públicas.

Não se verificou a realização de qualquer negócio entre a entidade e a direção.

7 – Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

No ano de 2020, Portugal e o Mundo foram afetados por uma grave pandemia, o COVID-19 cujos primeiros impactos vieram a ser visíveis em Portugal a partir do início do mês de março/20. Esta pandemia veio a afetar as operações desenvolvidas pelo CSPFR e impuseram a implementação de um plano de contingência "Considerando o atual estado de emergência de Saúde Pública, declarado pela Organização Mundial de Saúde, atendendo às mais recentes evoluções da propagação da infeção por doença respiratória causada pelo agente Coronavírus (SARS-CoV-2 e COVID-19) e tendo como linha de referência as recomendações da Direção Geral de Saúde (DGS), o Centro Social Paroquial da Freguesia de Recardães, definiu e aprovou as linhas gerais do seu Plano de Contingência para o SARS- CoV-2 e COVID-19.

O objetivo do Plano de Contingência é o de manter a atividade o mais possível, face aos possíveis efeitos da pandemia, acautelando simultaneamente a segurança e saúde de todos dentro da Instituição, sejam eles Direção, Colaboradores, Utentes e Familiares, agindo assim para a minimização os riscos de transmissão daquele agente patogénico.

Este plano estará disponível a toda a Instituição sendo atualizado sempre que necessário, nomeadamente pela existência de novas recomendações ou imposições por parte das autoridades competentes.

A aplicação das medidas previstas neste plano de contingência não prejudica a aplicação das recomendações e informações emitidas e a emitir pela DGS." Cito introdução do Plano de Contingência CSPFR.

De forma a poder dar uma resposta às possíveis situações que esta doença pode afetar, tendo em conta que grande parte dos nossos utentes/clientes são pessoas idosas e com riscos acrescidos a esta grave doença, daí que estamos em nível de alerta elevado e internamente procedemos a muitas alterações na forma como passámos a operar, tais como:

- "Procedimentos básicos para higienização das mãos;
- Procedimentos de etiqueta respiratória;
- Procedimentos de colocação de máscara cirúrgica;
- Procedimentos de conduta social;
- Procedimentos de medição temperatura corporal;
- Procedimentos de desinfeção das solas dos sapatos;
- Procedimentos indicadores das distâncias de segurança;

- Procedimentos de substituição – criação de equipas-espelho"

De realçar o grande empenho, esforço e custo a todos os níveis dos nossos colaboradores, sempre com o objetivo de dirimir riscos para impedir surtos de infeções que possam causar sobretudo perdas que possamos não mais recuperar. O aumento dos gastos associados a estes novos cuidados, designadamente os EPI's e a "rentabilidade por colaborador" também são evidentes dado que tudo obedece a regras e exigências que até agora não eram necessárias de atender.

O CSPFR tem vindo a acompanhar a evolução da situação do COVID-19, estando atento para que possam ser tomadas todas as medidas de gestão que estejam ao seu alcance, tendo por base a melhor informação disponível e as diretivas da DGS. Essas medidas prendem-se com objetivos tais como:

- Salvaguardar a vida e a saúde dos seus utentes/clientes e dos seus colaboradores, implementando medidas de proteção de todos e pelo uso de equipamentos adequados;
- Garantir uma gestão operacional dos recursos técnicos e humanos de forma a conseguir assegurar os serviços essenciais ao bom funcionamento da instituição;
- Releva-se que a CSPFR tem uma situação económico-financeira equilibrada, com possibilidade de recorrer a financiamentos caso seja necessário e espera-se que com a evolução da pandemia, existam condições que se retome a uma "nova normalidade".

Em resultado das situações atrás descritas, é convicção da Direção que o pressuposto para elaborar as demonstrações financeiras numa base de continuidade é apropriado, não havendo intenções nem perspetivas de constrangimentos severos que a impeçam de prosseguir em continuidade.

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, apesar do período conturbado que vivemos e os efeitos provocados pela pandemia Covid 19, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

8 – Proposta para aplicação de resultados

Propomos que o resultado líquido negativo de -44.941,38 euros do exercício de 2019, seja aplicado do seguinte modo:

- Para Resultados Transitados	.....	(44.941,38)
	Total	(44.941,38)

9 – Considerações finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos nossos utentes/clientes e fornecedores.

Aos nossos colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade do CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA FREGUESIA DE RECARDÃES.

Recardães, 30 de junho de 2020

A Direção,

Ratificação

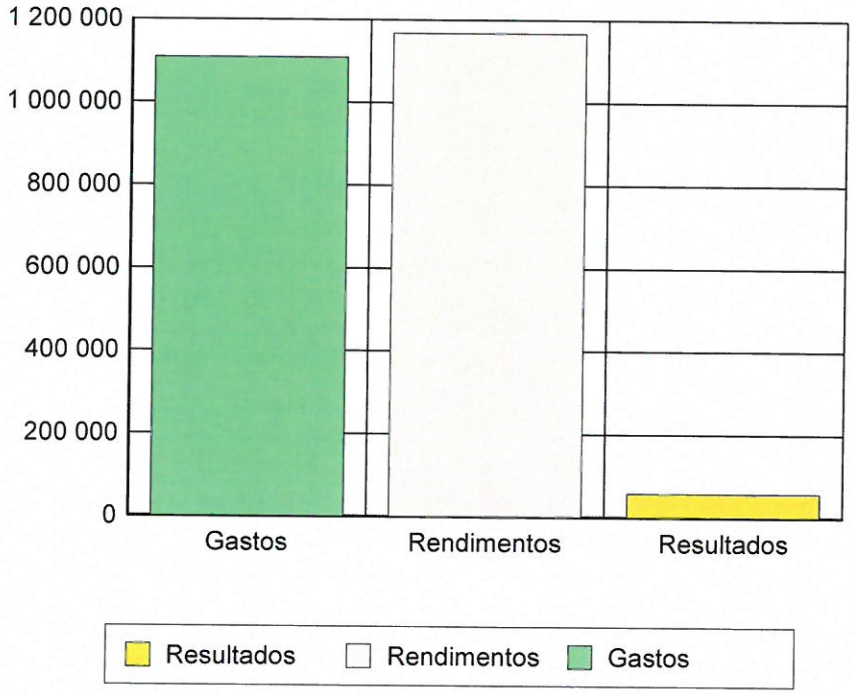
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA FREGUESIA DE RECARDÃES

Data: 10-09-2020
Hora: 16:50:36

Análise de Gastos e Rendimentos

janeiro a julho / 2020 (Valores em Euros)

Gastos		Rendimentos	
31	0,00		
61	119 912,94	**71**	0,00
62	205 743,97	**72**	320 854,49
63	779 878,50	**73**	0,00
64	0,00	**74**	0,00
65	0,00	**75**	802 864,88
66	0,00	**76**	0,00
67	0,00	**77**	0,00
68	3 143,02	**78**	43 250,79
69	434,82	**79**	0,00
	1 109 113,25		1 166 970,16
Resultados Líquidos:		**57.856,91**	



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA FREGUESIA DE RECARDÃES **Contribuinte:** 503495468

BALANÇO PERÍODICO ENTRE ANOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 **Moeda:** (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS		Variação	
		31 DEZ 2019	31 DEZ 2018	Valor	%
ACTIVO					
Activo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	5	2 726 946,32	2 734 083,29	-7 136,97	-0,26
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis	6	0,00	25 827,08	-25 827,08	-100,00
Investimentos financeiros	15.1	8 324,93	4 809,18	3 515,75	73,10
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
		2 735 271,25	2 764 719,55	-29 448,30	-1,07
Activo corrente					
Inventários	8	9 304,32	8 923,97	380,35	4,26
Créditos a receber	15.2	59 644,91	66 134,94	-6 490,03	-9,81
Estado e outros entes públicos	15.8	0,00	21 366,89	-21 366,89	-100,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00	0,00	0,00
Diferimentos	15.4	6 935,34	2 695,01	4 240,33	157,34
Outros ativos correntes	15.3	142 701,18	142 096,72	604,46	0,43
Caixa e depósitos bancários	15.5	218 238,95	197 381,86	20 857,09	10,57
		436 824,70	438 599,39	-1 774,69	-0,40
Total do ativo		3 172 095,95	3 203 318,94	-31 222,99	-0,97
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO					
Fundos patrimoniais					
Fundos	15.6	49 879,79	49 879,79	0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	15.6	1 471 280,22	1 524 894,22	-53 614,00	-3,52
Excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	15.6	1 040 814,29	1 035 751,76	5 062,53	0,49
		2 561 974,30	2 610 525,77	-48 551,47	-1,86
Resultado líquido do período	15.6	-44 941,38	-33 051,50	-11 889,88	35,97
Total dos fundos patrimoniais		2 517 032,92	2 577 474,27	-60 441,35	-2,34
Passivo					
Passivo não corrente					
Provisões		0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7	40 171,13	48 973,13	-8 802,00	-17,97
Outras contas a pagar		0,00	0,00	0,00	0,00
		40 171,13	48 973,13	-8 802,00	-17,97
Passivo corrente					
Fornecedores	15.7	55 543,38	56 266,49	-723,11	-1,29
Estado e outros entes públicos	15.8	45 032,70	50 416,94	-5 384,24	-10,68
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7	8 846,12	8 760,00	86,12	0,98
Diferimentos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros passivos correntes	15.9	505 469,70	461 428,11	44 041,59	9,54
		614 891,90	576 871,54	38 020,36	6,59
Total do passivo		655 063,03	625 844,67	29 218,36	4,67
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3 172 095,95	3 203 318,94	-31 222,99	-0,97

A Direção

O responsável

Toc 1595

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA FREGUESIA DE RECARDÃES **Contribuinte:** 503495468

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS ENTRE ANOS

PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2019 A 31 DE DEZEMBRO DE 2019 **Moeda: EUROS**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		Variação	
		2019	2018	Valor	%
Vendas e serviços prestados	9	664.587,65	647.514,16	17 073,49	2,64
Subsídios, doações e legados à exploração	11	1.328.677,78	1.265.109,92	63 567,86	5,02
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	218.144,52	221.118,61	-2 974,09	-1,35
Fornecimentos e serviços externos	15.10	358.128,29	287.109,24	71 019,05	24,74
Gastos com o pessoal	13	1.474.571,20	1.422.592,85	51 978,35	3,65
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos	15.11	85.952,95	99.052,54	-13 099,59	-13,22
Outros gastos	15.12	4.767,92	6.223,68	-1 455,76	-23,39
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5, 6	67.744,55	106.876,74	-39 132,19	-36,61
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**-44.138,10**	**-32.244,50**	**-11 893,60**	**36,89**
Juros e rendimentos similares obtidos	9	93,15	237,79	-144,64	-60,83
Juros e gastos similares suportados	7, 15.13	896,43	1.044,79	-148,36	-14,20
Resultados antes de impostos		**-44.941,38**	**-33.051,50**	**-11 889,88**	**35,97**
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		**-44.941,38**	**-33.051,50**	**-11 889,88**	**35,97**

A Direção

O responsável

TOC 1595

F3M - Information Systems, SA

processado por computador

ACTAS

----------*Ata número cento e quarenta e três*----------

----- Aos trinta dias do mês de Junho de dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas, reuniu na sede social sita na Rua do Passal, freguesia de Recardães, concelho de Águeda, a Direcção do Centro Social Paroquial da Freguesia de Recardães, com a seguinte ordem de trabalhos: ----------

Ponto Único: - Discussão e aprovação ou modificação das contas do exercício de dois mil e dezanove. ----------

----- Estiveram presentes os senhores: Padre António Martins Costa Leite, Diácono Afonso Henrique Campos de Oliveira e Maria Dalila Pires Baptista da Conceição, respetivamente Presidente, Tesoureiro e Secretária. ----------

----- Iniciados os trabalhos e após uma cuidada análise da actividade da Instituição neste exercício económico e perspectivas quanto ao futuro, foram as contas submetidas à apreciação, nas quais se constata ter-se gerado um resultado líquido negativo de 44.941,38€ (quarenta e quatro mil, novecentos e quarenta e um euros e trinta e oito cêntimos), deliberando os presentes aprovar as contas por unanimidade. ----------

----- Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão da qual se lavrou a presente acta que vai conter a assinatura dos presentes para homologação. ----------

A Direcção,

Presidente, António Martins Costa Leite

Tesoureiro, Afonso Henrique Campos de Oliveira

Secretária. Maria Dalila Pires Baptista da Conceição

Centro Social Paroquial
da Freguesia de Recardães

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos Srs.,

1. Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de atividades e as demonstrações financeiras apresentadas pelo **CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA FREGUESIA DE RECARDÃES**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

2. No decurso do exercício acompanhámos tanto quanto nos foi possível a atividade da entidade. Assistimos a diversas reuniões de Direção, com os serviços e o contabilista certificado, tendo efetuado as sugestões que considerámos como pertinentes para a melhoria dos procedimentos administrativos, contabilísticos, financeiros e de controlo interno, não nos tendo chegado ao conhecimento qualquer facto relevante que mereça ser objeto de realce.
3. Verificámos tanto quanto nos foi possível a regularidade da escrituração contabilística, situação que avaliámos fundamentalmente mediante indagações e explicações que nos foram devidamente prestadas pela Direção, por colaboradores da entidade e ainda pelos serviços, a partir dos dados contabilísticos que nos foram disponibilizados.

4. Efetuámos as recomendações que em nosso entendimento consideramos ser pertinentes, de forma a garantir a estabilidade económica e financeira. Em particular, voltamos a chamar a atenção para uma situação que afeta esta estabilidade, nomeadamente o peso da rubrica de gastos do pessoal que não é acompanhado pelas receitas obtidas de Prestações de Serviços e das subvenções obtidas pela Segurança Social, fator decisivo para os resultados negativos verificados.
5. Não nos chegou ao conhecimento inobservâncias da Lei e dos Estatutos que mereçam ser objeto de realce.
6. No âmbito das nossas funções verificámos que:
   i. O Balanço, a Demonstração dos Resultados, o Anexo e a Demonstração dos Fluxos de Caixa permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Instituição, dos seus resultados;
   ii. As políticas e os critérios valorimétricos aplicáveis (NCRF- ESNL) adotados são adequados;
   iii. O Relatório de Atividades da Direcção é suficiente esclarecedor da evolução e da situação do CSPREC evidenciando os aspetos mais significativos;
   iv. A proposta de aplicação dos resultados encontra-se devidamente formulada e em cumprimento dos Estatutos;
7. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas da Direção, somos de Parecer que:
   i. Seja aprovado o Relatório de Atividades;
   ii. Sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
   iii. Seja aprovada a proposta de aplicação dos Resultados.

Recardães, 1 de julho de 2020

O CONSELHO FISCAL

José António Almeida e Silva Rés
Presidente

Manuel Correia Marques
Vogal

Paulo Alexandre de Arede Almeida
Vogal